

GLOBALIZAÇÃO, IMPERIALISMO, DESENVOLVIMENTO: FALSAS DICOTOMIAS E SOLUÇÕES RADICAIS

JOHN S. SAUL

A expansão global do capitalismo europeu e a conquista imperial dos povos que ficam fora dos centros de acumulação de capital ocidentais e do norte constituem uma dimensão crucial dos últimos séculos da história mundial¹. Além disso, na época atual, na qual sobreposições dicotômicas como “ocidente e o resto”, ou “Norte” versus “Sul”, continuam tendo um impacto muito significativo em termos de poder e preconceito sobre o destino de milhares de pessoas, especialmente das mais pobres. A preocupação central deste artigo é como conceber melhor, e, portanto, poder intervir sobre, o problema contemporâneo da desigualdade global que tem estado tão estreitamente ligado, ainda que de maneira complexa, à história mundial do imperialismo capitalista. Apesar de todas as complexidades, no entanto, há algo sobre o que não restam dúvidas: a desigualdade assombrosa e a escalada crescente e desproporcional da pobreza caracterizam a maior parte do cenário global atual. De fato, em um mundo mais justo e humano isto seria percebido claramente pelo que é: simplesmente o fato mais escandaloso da etapa atual da história da humanidade.

Obviamente, não se pode deixar de sentir um tanto assustado pelas cifras que indicam que “a crescente divisão entre os que têm e os que não têm deixou na terrível miséria grande quantidade de pessoas do Terceiro Mundo, vivendo com menos de um dólar por dia”, ou que “apesar das repetidas promessas de reduzir a pobreza que foram feitas ao

longo da última década do século XX, o... número de pessoas vivendo na pobreza na realidade cresceu mais de 100 milhões [com relação a um estimado de 2,8 bilhões vivendo com menos de dois dólares diários em 1998]”². Do mesmo modo, é difícil não registrar a importância das descobertas (da OMC) segundo as quais o norte-americano médio ganhou “5.500% a mais que o etíope médio... uma distância que no ritmo atual vai duplicar em um século e meio”³. Ou (as da ONU) que “os três homens mais ricos do mundo possuem mais ativos que o PNB combinado dos 48 países mais pobres do mundo” e “os 225 homens mais ricos do mundo possuem uma riqueza combinada de mais de 1 trilhão de dólares –o equivalente a receita de 47% da população mais pobre do mundo, algo em torno de 2,5 bilhões de pessoas”⁴. Não obstante, na esquerda, ao menos, sabemos que deveríamos estar fazendo algo drástico para descobrir e corrigir tais desigualdades.

Mas fazer o quê? A fim de aclarar o caminho e lançar luz sobre como seria uma resposta apropriada para esta pergunta, nosso artigo buscará explorar várias questões de relevância teórica. Iniciaremos por uma reflexão crítica em torno da tendência comum de oferecer diagnósticos da desigualdade global em termos de oposições dicotômicas falsas –ou o “geográfico” versus o “social”, “globalização” versus “estado” (o mesmo que “globalização” versus “imperialismo”), “desenvolvimento” versus “antidesenvolvimento” – ao mesmo tempo em que poremos manifesta a inutilidade destas na hora de estabelecer objetivos específicos contra os quais dirigir a luta progressista. Logo depois, o ensaio questiona se, na medida em que visualizamos mais claramente contra o que estamos lutando, podemos também começar a definir de forma mais pertinente pelo que estamos lutando em nosso esforço para superar a pobreza e a exploração no Terceiro Mundo. A palavra “socialismo” nos vem à mente aqui (não surpreende muito dado que, de fato, lutamos contra o capitalismo), mas quão longe nos leva? Porque, como veremos mais adiante, mesmo que a natureza limitada e contraditória das alternativas reformistas presentes na agenda global nos impulse a adotar uma postura mais revolucionária, fica muito difícil estabelecer o significado preciso de uma “revolução” no mundo contemporâneo. Um inventário e uma avaliação minuciosa das resistências em todo o mundo já são objeto de estudo de uma literatura crescente⁵ e escapam aos limites deste trabalho. É suficiente identificar algumas das categorias com que tal inventário e avaliação poderiam ser levados adiante mais adequadamente, a fim de sugerir de que modo uma maior clareza com relação às questões como agência (*agency*), espaço (*site*) e imaginário apropriado (*appropriate imaginary*) poderiam contribuir para facilitar a construção e a manutenção de um projeto revolucionário de dimensões mundiais.

I. DIAGNÓSTICOS: FALSAS DICOTOMIAS

1. “O geográfico” versus “o social”

Em primeiro lugar, como ligar analiticamente o fato do imperialismo como fenômeno histórico com o da desigualdade global total como fenômeno contemporâneo de maneira cabal? A conexão causal entre um Norte rico e um Sul empobrecido, que alguma vez estruturara o sentido comum e o entendimento tanto da esquerda como os círculos liberais, foi criticamente posta em questão nos últimos anos. Por exemplo, também seria necessário dar conta das visíveis diferenças de riqueza e poder *dentro* dos países tanto do Norte como do Sul. Além disso, os países do Sul parecem ser agora muito mais heterogêneos economicamente do que se supunha antes. De fato, como agora se diz que a divisão Norte/Sul de desigualdades é muito mais difícil de traçar de forma direta, uma teórica do desenvolvimento de primeira linha como Hoogvelt chegou a sugerir que as coordenadas da desigualdade global são muito mais “sociais” que “geográficas”: “A conhecida pirâmide da hierarquia centro-periferia já não constitui uma divisão geográfica, mas sim social da economia mundial”, assegura⁶. No entanto, como Arrighi e Silver assinalaram⁷, o uso do termo “social” por parte de Hoogvelt é enganoso: a hierarquia geográfica de nações que eles próprios continuam utilizando é também, de fato, uma relação social. De todos os modos, o que Hoogvelt sublinha é importante: para ela, a divisão global do trabalho, mais do que nunca definida em termos de classe e crescente exclusão social ao longo das fronteiras nacionais, criou tanto no Norte como no Sul uma classe dominante capitalista transnacional e um amplo círculo de pessoas menos privilegiadas ao redor. Segundo ela, este modelo permite compreender melhor tanto a diversidade do Terceiro Mundo (estirando o conceito dos Novos Países industrializados–NICs até as zonas mais pobres da África) como as desigualdades crescentes dentro de países tomados individualmente –estes últimos produzindo por sua vez “distúrbios caóticos, violência e conflito na periferia [social]”.

No entanto, é possível nos desfazermos tão rapidamente das coordenadas geográficas da desigualdade? Giovanni Arrighi documentou à exaustão que ainda boa parte da hierarquia global continua estando definida espacialmente e ao longo de linhas que são por sua vez “principalmente o legado das expansões territoriais e industriais do Ocidente desde 1800”. Assim, em um artigo de 1992 sobre “a crescente desigualdade da distribuição global de renda”, demonstrava que havia “um maior alargamento da grande brecha de rendas que já faz cinquenta anos separa os povos do Sul com relação aos do centro orgânico da economia mundial capitalista”. Sua

conclusão: “as nações do mundo... estão situadas diferencialmente dentro de uma rígida hierarquia de riquezas na qual a ascensão eventual de uma ou duas nações deixa o resto do mundo mais estancado que nunca”⁸, e deixa evidente uma “aparente ‘lei de ferro’ da hierarquia global que se mantém em seu lugar independentemente do que façam ou deixem de fazer os governos do escalão mais baixo”. Dada a ausência de autocorretivos, a “riqueza oligárquica” alcançada pelo Ocidente sempre tende a concentrar o volume de atividade capitalista, e, portanto, a ampliar a brecha. Ao atualizar seu argumento em 2003⁹, Arrighi também chamava a atenção para o grau em que as agressivas políticas neoliberais do Norte tenderam a reforçar deliberadamente tal hierarquia quando, nos anos setenta, as coisas pareciam ter-se tornado levemente favoráveis ao Sul. Assim, o autor chegava à mesma conclusão de uma década antes com relação à persistência de uma hierarquia de rendas Norte/Sul —apesar de (ou graças a) que se tenha dado efetivamente certo grau de convergência industrial.

Deve-se ter presente, ainda que seja superficialmente, que as implicações do quadro que Arrighi esboça o levaram a dar respostas muito diferentes ao longo da última década. Assim, no início dos anos noventa, Arrighi via a polarização geográfica da riqueza global em marcha ligada ao “caos sistêmico”, à “escalada... contínua de conflitos no Sul e no Oriente” e “aos problemas de regulação, crescentemente incontrolláveis, do sistema-mundo para o Ocidente”. Nesse momento, só punha suas esperanças na perspectiva de que “os socialistas ocidentais unam forças com seus associados do Sul e do Leste” para facilitar o surgimento de um “governo socialista mundial”¹⁰. No entanto, até a mudança do milênio, qualquer eco de socialismo como avanço da “riqueza democrática” contra a riqueza oligárquica desapareceu de seus escritos. Agora, em sua opinião, “para entender o presente e o futuro da hierarquia global (e para afrontar sua ‘subversão’), talvez o mais importante seja a expansão econômica da China continental”¹¹. De acordo com Arrighi e seus co-autores, este é, de fato, o único desenvolvimento que pode ter algum potencial (ainda que não especificado) para quebrar significativamente o *status quo* mundial. Contudo, deve-se notar que este desenvolvimento apenas é possível estritamente *dentro* do capitalismo global.

Obviamente, existem muitos que não querem descartar tão rapidamente a possibilidade de um desenlace não-capitalista. Mais adiante retomaremos este ponto. No momento, é suficiente rejeitar qualquer contradição implícita entre as dimensões “sociais” (leia-se: classe e exclusão de classe) e “geográficas” de desigualdade global que as oposições binárias de Hoogvelt e Arrighi parecem forçar-nos a aceitar —e registrar, pelo contrário, sua irredutível simultaneidade. O próprio Arrighi parece não ter problemas na

hora de reconhecer a diversidade de capitalismo no Sul ou, por exemplo, as evidências da desigualdade de renda interna tanto dentro do Sul como do Norte. Todavia, a ênfase contínua nas coordenadas espaciais sugere que termos como “Terceiro Mundo”, “Sul Global”, “apartheid global” ou inclusive “pós-colonial” ainda conservam certa eficácia para identificar as deficiências da desigualdade global. Autores como Smith e Cooper assinalaram que tais noções podem também ser parte de uma linguagem que promova no Sul uma aposta progressiva para mobilizar demandas globais –inclusive se ao mesmo tempo possam impulsionar um tipo de “terceiro-mundismo” que (especialmente quando é manipulado pelas elites locais em seu próprio interesse) torne opacas as contradições mundiais de natureza inerentemente capitalista de classe¹². Ademais, nenhum movimento que pretenda unir as lutas anticapitalistas, no Norte e no Sul, pode ignorar o grau em que as pessoas do Norte se beneficiaram da “riqueza oligárquica” e foram seduzidas pelas premissas racistas engendradas pelo projeto imperial do Ocidente. Se as demandas legítimas dos povos do Sul por uma redistribuição global da renda, direitos migratórios e liberdade com relação as incursões militares arbitrárias, devem ser alcançadas e mantidas por aliados potenciais do Norte e do Sul, estes últimos terão que entender mais claramente tudo aquilo relacionado à constituição e persistência de tal hierarquia geográfica.

2. “Globalização” versus “estado”, “globalização” versus “imperialismo”

A tentação de resolver falsamente a dicotomia do “geográfico” versus “social” em favor de um pólo ou de outro está estreitamente ligada a outro par de oposições que distorcem com a mesma facilidade a teoria e a prática da desigualdade global: “globalização” versus “imperialismo” (potencialmente, “Império” versus “império”) e política centrada na escala “global” versus política centrada na escala do “estado-nação”. Neste sentido, não é casual que a preferência de Hoogvelt em interpretar a desigualdade global em termos “sociais” mais que “geográficos” esteja tão fortemente influenciada pela obra de Manuel Castells. Castells está entre os que argumentaram mais decididamente sobre a novidade do momento histórico atual do capitalismo global, a época da “sociedade de redes” (*network society*), do “tempo sem tempo” (*timeless time*) e do “espaço de fluxos” (*space of flows*) (mais que de lugares)¹³. Em tal visão de mundo, os capitais, especialmente os mais dominantes, parecem ter se liberado das ataduras que antes os estados nacionais impunham para ditar políticas que agora se apresentam mais abertamente como de interesse global. Trata-se do mundo do *Império*¹⁴ de Hardt e Negri, da agora predominante classe capitalista *global* de Sklair¹⁵, e da situação segundo a qual, nos termos fortes de Teeple, “o capital se moveu decisivamente para

além de sua carapaça política histórica, o estado-nação... quando este perdeu crescentes margens de soberania nacional sobre as políticas de governo e de reforma social em benefício dos imperativos do mercado global”¹⁶.

Como foram evidenciados recentemente milhares de protestos contra o custo desumano da globalização capitalista nas ruas de Seattle, Quebec, Gênova, e tantos outros lugares do mundo, há algo de certo nesta concepção. Mas ao mesmo tempo, muitos críticos assinalaram que esta visão particular da globalização tem algo de esmerado demais –para começar, é muito apolítica. Os globalistas de direita e esquerda sublinharam a proeminência de instituições políticas emergentes em escala global –o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros similares– enquanto que os críticos de esquerda assinalaram rapidamente que o sistema do capitalismo global não funciona de maneira tão direta. Ainda que os capitalistas (e seus políticos) se vejam atraídos para algum tipo de “estado” global, os estados reais ainda se encarregam de boa parte do trabalho sujo de que o capital precisa. De fato, este é o caso para autores como James Petras, que argumenta que na verdade nada mudou muito e que o que ainda temos é em boa medida o imperialismo –ocidental– de sempre¹⁷: efetivamente, mais do conhecido imperialismo histórico (“império”) que do “Império” sem centro de Hardt e Negri. Certamente, as recentes ações dos Estados Unidos (e de seu exército) como autoproclamados polícia global –agora mais ativos que nunca após o 11 de setembro e com as invasões ao Afeganistão e ao Iraque– parecem demonstrar este tipo de realidade. Os manifestantes antiglobalização de um lado, e os que se opõem à guerra e ao imperialismo de outro, têm que trabalhar horas extras para encontrar uma linguagem comum efetiva que possa unificar com mais precisão suas causas obviamente inter-relacionadas.

Por sua vez, Leo Panitch ressaltou o papel do estado e criticou a maior parte da literatura sobre a globalização por sua “tendência a ignorar o grau em que a globalização atual é tanto uma autoria do estado como fundamentalmente um processo de re-organização e não de atravessamento do estado”¹⁸. Ao argumentar isso, Panitch busca eliminar “qualquer dicotomia falsa entre lutas nacionais e internacionais”. No entanto, esta leitura também poderia ser questionada, dado que em certo ponto pode ser compreendida como um argumento complementar da primazia da “globalização”. Portanto, o papel que Panitch parece atribuir ao estado é o de agente necessário para a estabilização dos parâmetros de integração uniforme dos países comprometidos na economia global capitalista –incluindo, dentro dos momentos mais decisivos de tal estado, atuar como agentes de promoção das aspirações globais de seus próprios “capitais nacionais” que decidi-

ram operar “transnacionalmente” (como por exemplo, o caso canadense). Ao mesmo tempo, o argumento de Panitch guarda uma distância considerável com relação às formas mais extremas de pensamento – como as de Hirst e Thompson – que insistem em ver o estado com o mesmo agente ativo de sempre dentro da economia global.

Descartando a maior parte da literatura sobre a globalização, estes autores descrevem o estado em seu papel ativo apenas em termos de promoção da “competitividade” global de certos setores nacionais de uma economia determinada – “refutando” assim a hipótese da globalização e, ironicamente, tornando-se eco da posição dos arqui-globalistas, especialmente Teeple, em suas implicações para o Terceiro Mundo. Porque ainda que estes autores sugiram que o possível surgimento de diversos “mecanismos e estratégias institucionais [para] assegurar um mínimo de governança (*governance*) econômica internacional, ao menos em benefício dos países mais avançados”, não obstante, argumentam que “tal governança (*governance*) [global] não pode alterar as desigualdades extremas entre essas nações e o resto, em termos de comércio e investimento, renda e bem-estar”. Para eles, de fato, “a questão central não é tanto como a economia mundial será governável através de objetivos ambiciosos como a promoção da justiça social, da igualdade entre as nações ou um maior controle democrático por parte do grosso da população mundial, mas sim como pode ser governável de algum modo”¹⁹.

Se este é o caso para o “grosso da população mundial”, onde isto coloca os estados que estão além do eixo de “países capitalistas avançados”? Para nossos fins, podemos assumir junto com Panitch que os estados no capitalismo avançado têm de fato mais liberdade de manobra econômica do que as teorias da globalização parecem inferir. E também podemos reconhecer na atualidade a importância de um estado em particular, dado que seria muito ingênuo não dar um peso maior aos EUA para compreender o funcionamento atual da hierarquia global. Não obstante, a debilidade das perspectivas centradas no estado se torna mais evidente quando prestamos atenção nos estados do Sul. Neste contexto, há razões consideráveis para ser cético com relação ao papel potencial de tal estado como agente ativo da promoção da economia nacional. Esta realidade foi habilmente capturada por um observador com Leys, que, em sua revisão global da teoria contemporânea do desenvolvimento, afirmara que, especialmente no Terceiro Mundo, “a era das economias nacionais e das estratégias nacionais já passou”²⁰.

Obviamente, este argumento nos coloca frente novamente à questão da diversidade do Terceiro Mundo, da Ásia passando pela América Latina até a África. Talvez não seja casualidade que o principal ponto de referência de Leys seja a África, de onde ele pode delinear um conjunto de medidas que

em teoria poderiam ser adotadas internacionalmente com o fim de tirar de cima da África o injusto peso da economia global e facilitar o desenvolvimento mesmo, não obstante, concluindo que:

O problema com tais idéias é que as mesmas não são atrativas para aqueles que atualmente possuem a dívida africana, compram exportações africanas ou estão encarregados da ajuda oficial financeira a estes países. Tais idéias poderiam parecer racionais apenas em um mundo em que a ideologia atualmente predominante de mercado encontre-se rejeitada. Ainda que este mundo deva chegar, ainda não chegou a se materializar e, enquanto isso, a tragédia africana continuará se desenvolvendo²¹.

E mesmo que a África apresente o pior cenário de marginalização e exploração não transformável do capitalismo global, é também certo que, em geral, especialmente depois da crise financeira asiática e da queda livre de boa parte das economias latino-americanas, a narrativa da teoria do desenvolvimento que alguma vez se sustentou na premissa de estratégias viáveis de capitalismo nacional para realizar uma forma expansiva de desenvolvimento, soa bastante antiquada²². Nos termos de Bill Graf, “o estado do Terceiro Mundo está diminuído e mais subordinado que nunca desde o período colonial. Suas elites estão mais voltadas para o exterior e sua influência sobre a soberania nacional é mais tênue que nunca”²³.

Quais as variantes mais à esquerda do estado desenvolvimentista restantes? O desaparecimento da maior parte dos socialismos do Terceiro Mundo (a “recolonização” de Moçambique, por exemplo, que foi descrita tão bem por David Plank²⁴) e a aparente facilidade com que o Brasil de Lula ou a África do Sul de Nelson Mandela e Mbeki foram inseridos nas redes do capitalismo global, não representam augúrios muito bons. Por acaso, isto nos empurra necessariamente para uma “política global” como chave para destravar o futuro do Sul? Nem todos argumentariam a favor disto. Este é o caso, por exemplo, da forte reivindicação de Biene-field a favor de uma continuada primazia dentro das práticas de esquerda de uma política centrada no estado-nação. Em suas próprias palavras, dada “a total incapacidade de conceber, se falar na de construir, um processo político significativo em escala global”, a necessidade “de uma gestão global do processo competitivo, ou de uma economia socialista, deve ser construída nas unidades sub-globais, isto é, nossos conhecidos ‘estados nacionais’”²⁵. Mais uma vez, parece difícil evitar a suspeita de que este é um argumento aparentemente mais fácil de sustentar para os países avançados do capitalismo que para aqueles que estão firmemente localizados nos escalões mais baixos da hierarquia global. Apesar disto,

em uma linha de pensamento similar, o próprio Graf conclui que apesar da avaliação negativa da natureza atual do “estado no Terceiro Mundo”, apenas o estado (ainda que ainda principalmente um estado “teórico” em sua expressão),

... pode oferecer uma *agência* factível capaz de congregar as múltiplas forças contra-hegemônicas nos estados periféricos. O poder econômico estatal no Sul é o único que possui alguma chance de enfrentar, opor-se ou negociar com o poder econômico penetrante do capital internacional... sem lugar para dúvidas, além do mais, apenas o estado, em combinação com outros estados, pode forjar projetos emancipatórios coletivos contra os poderes hegemônicos²⁶.

Aqui Graf faz eco explícito a Panitch, que não apenas ressaltou em seu fecundo artigo a contínua proeminência do estado como “elemento constitutivo” do capitalismo global, mas também “a necessidade da esquerda de desenvolver uma estratégia internacional apropriada”²⁷. Trata-se de um argumento forte, ainda mais quando contrastada com a política mais nebulosa e sem mediações da “multidão” que Hardt e Negri celebram como o único meio capaz de impor uma lógica humana ao capital. Autores como Bienefeld e Graf nos forçam a pensar mais claramente sobre quais mecanismos, além da teatralização da manifestação, seriam capazes de produzir, de maneira sustentável e prolongada, um poder real e efetivo para fazer frente ao capital global (e ao estado imperial americano). Dessa forma, Negri e Leys tampouco estão tão equivocados: também há um domínio dos ditames do capitalismo global que através da ação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), da OMC e das agências internacionais de investimentos móveis e compradores compulsivos de dinheiro, não pode na verdade ser domesticado por nenhum estado do Terceiro Mundo, por mais progressista que seja, nem tampouco ser reduzida a ação dos estados ocidentais, por mais importantes que tais ações sejam no geral. O fato é que “Império” (o mundo da globalização capitalista) e “império” (o mundo do imperialismo ocidental) coexistem: estruturando, ainda que não da mesma maneira, tanto as circunstâncias que geram desigualdade global (este é o objetivo a ser mudado por parte da atividade progressista) como as distintas modalidades que promovem tal atividade (este é o modo mais promissor de “dar nome ao inimigo” e construir a luta contra ele). Neste sentido, evitar dicotomias enganosas é uma das questões centrais das que a “teoria do desenvolvimento” deveria se ocupar, ainda que caiamos na tendência real e não retórica de ligar o global e o nacional (sem mencionar “o local”, ao que retornaremos depois) como espaços (*sites*) pertinentes de luta.

3. “Desenvolvimento” versus “antidesenvolvimento”

Teoria do desenvolvimento? Aqui confrontamos outra linguagem que se oferecia convencionalmente àqueles dispostos em lidar com tal questão: a linguagem do “desenvolvimento” (o mesmo que a dicotomia entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, usualmente faz referência a noções totalmente diversas quanto à importância relativa do crescimento econômico, à melhora material da qualidade de vida das pessoas ou a definições mais amplas de realização humana). Dado que este termo despertou tanta fúria e polêmica tanto à esquerda quanto à direita do espectro político, merece nossa atenta consideração, especialmente levando em conta que graças a isto continua reinando a confusão.

Ainda que não sem precedentes históricos, o “projeto de desenvolvimento” foi um produto da época imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. O mesmo apelava para “um universo intelectual e... uma comunidade moral” compartilhados ao mesmo tempo por ricos e pobres, e estava fundado na “convicção de que a mitigação da pobreza não ocorreria simplesmente por meio dos mecanismos auto-reguladores do crescimento econômico ou da transformação social, mas sim requeria uma intervenção em conjunto dos governos nacionais das nações ricas e pobres em coordenação com um corpo emergente de ajuda internacional e organizações desenvolvimentistas”. Eminentemente modernista (e capitalista) em seus pressupostos, esta agenda desenvolvimentista (frequentemente chamada como “teoria da modernização”) para as “nações emergentes” era o gêmeo terceiro-mundista da agenda keynesiana, em ascensão nos centros capitalistas avançados. Por sua vez, os críticos deste modelo convencional não eram menos “modernistas” e desenvolvimentistas. Sob o termo “teoria da dependência”, o grupo mais articulado destes críticos respondia que na verdade era a hierarquia existente entre países ricos e pobres o que justamente constituía o principal obstáculo estrutural para a realização de um desenlace positivo para os pobres do mundo. Havia também variantes dentro desta corrente, algumas tinham uma orientação mais reformista e outros uma mais revolucionária e abertamente socialista (ao longo de linhas tanto marxistas como populistas)²⁸. Não obstante, o devir histórico logo demonstraria que o que unia a teoria da modernização com a teoria da dependência –o imperativo de transformar materialmente à vida das pessoas e à sabedoria de utilizar o estado como instrumento chave para facilitar tal transformação (seja por meio do capitalismo ou do socialismo)– era tão importante como o que as dividia.

No entanto, estas premissas compartilhadas logo seriam objeto dos ataques tanto da esquerda como da direita, um ataque simultâneo que deu lugar ao obscuro terreno em que hoje se encontra a teoria do desenvolvimento (pós-, neo-, anti-). Da direita veio a “contra-revolução”²⁹ neoli-

beral –ainda amplamente influente dentro dos círculos de poder– que ao aparecer se lançou tanto contra as teorias keynesianas capitalistas/desenvolvimentistas como contra qualquer teoria de esquerda. Este projeto “ultramodernizador” (como o batizaram Cooper e Packard) foi promulgado em nome da liberalização radical do mercado e da conseqüente promessa de que com apenas o ato de retirar o estado e os “desenvolvimentistas” do caminho, seriam obtidos resultados ótimos para todos. Enquanto isso, dos anos setenta em diante, a queda dos preços das matérias-primas e a elevação do preço do petróleo combinado com o novo regime americano de altas taxas de juros empurravam os países do Terceiro Mundo para um maior endividamento que os tornaria mais vulneráveis aos ditames externos. No marco triunfalista de Thatcher e Reagan, a nova ortodoxia da “liberdade” difundiu-se através das IFIs, gerando assim o chamado “Consenso de Washington” que se converteu no senso comum dominante da globalização capitalista, especialmente no Terceiro Mundo, até o final do século XX. Por “livre”, não obstante, leia-se “livre-mercado”, o qual também foi apresentado como a quintessência do tipo de “democracia” (melhor definida como “poliarquia” ou “democracia de baixa intensidade”) que estes revolucionários capitalistas propunham. Certamente, outros tentaram substituir o discurso da “liberdade individual” dos defensores do livre mercado por um de fins mais humanos (por exemplo, Amartya Sen³⁰). No entanto, para muitos dentro da esquerda, o que necessita ser reavaliado de modo mais urgente é a noção de coletividade social (noção que, por sua vez, dever ser libertada das conotações negativas e antidemocráticas que teve no passado).

A força revigorada do capital global e do estado norte-americano, como também da ideologia neoliberal que personifica seu projeto, colocou a esquerda desenvolvimentista na defensiva –também como o fracasso/derrota das alternativas socialistas como estratégias econômicas e veículos de auto-expressão democrática. Neste contexto, um ataque sobre as pretensões da teoria do desenvolvimento preexistente também pode ser encontrada na esquerda (definida em termos muito amplos), geralmente ligada às reivindicações do “pós-modernismo de oposição”, o anarquismo e o ambientalismo, e questionando ao mesmo tempo as premissas “modernizantes”, “ocidentalizantes” e antidemocráticas dessa ortodoxia. Este é o universo discursivo do “desenvolvimento fede”, que entende o projeto de desenvolvimento como assustadoramente eurocêntrico e modernizante, e sua ênfase no crescimento e na participação em escala global como basicamente funcional aos interesses econômicos ocidentais³¹. Com este argumento, muitos céticos do desenvolvimento tenderam a sublinhar o modo com que as reivindicações das mulheres, dos oprimidos racialmente

e dos portadores de diversas culturas se diluíram nas grandes abstrações de desenvolvimentismo³², como também o grau em que a integridade e o potencial de muitas iniciativas locais perderam especificidade em nome das grandes teorias, tirando-se assim o peso e poder de tantas outras lutas “contra-hegemônicas”. Por sua vez, outros colocaram ênfase na forma em que a linguagem do desenvolvimento, com suas tendências produtivistas e sua arrogância ilustrada, tornaram opacas as preocupações ambientalistas que são de vital importância para a sobrevivência da humanidade como um todo.

No entanto, mesmo aceitando a necessidade de uma nova sensibilidade –a fim de superar a arbitrariedade das ONGs e daquelas agências ocidentalistas e, por exemplo, poder fundamentar melhor nosso entendimento das desigualdades globais dentro do marco da diversidade de demandas de distintas localidades, culturas e identidades– não é necessário abandonar toda a visão do “desenvolvimento”. Sutcliffe, por exemplo, foi muito convincente com relação à necessidade de unir as preocupações ambientalistas com um agudo sentido dos problemas da desigualdade global: “O conflito entre os pobres de hoje e os que ainda não nasceram é tão extremo que a possibilidade de reduzir o impacto ambiental negativo que produzem os ricos de hoje não é nem sequer contemplada... Portanto, o desenvolvimento humano corre o risco de tornar-se insustentável a menos que haja a redistribuição; e o desenvolvimento sustentável corre o perigo de se tornar anti-humano a menos que seja acompanhado pela redistribuição”³³. Mas esta perspectiva, por sua vez, levou Sutcliffe mais longe em favor da possibilidade de vislumbrar (ainda que com prudência e não apologeticamente) um desenvolvimentismo de esquerda. Em seus próprios termos,

A crítica com relação ao modelo padrão de desenvolvimento é em alguns momentos absoluta demais. Devido a seu antigo destino, o qual é experimentado diariamente no Ocidente, tornou-se tão pouco satisfatória, há toda uma tendência de rejeitar os aspectos deste modelo em sua totalidade. Junto com o consumismo se depreciam a ciência, a tecnologia, a urbanização, a medicina moderna e assim por diante. Às vezes, inclusive, apresenta-se junto de um pós-desenvolvimentismo nostálgico e conservador. Em todo projeto existe o perigo de perder o bebê com a água do banho. Neste caso, o bebê são as condições materiais, econômicas e produtivas em que qualquer utopia se pode, citando as sugestivas palavras de Vincent Tucker, imaginar negociar democraticamente entre os habitantes da terra... Um modo de reformular todas estas preocupações seria afirmar que, na prática, o desenvolvimento e a globalização experimentam-se em condições profundamente díspares de bem-estar e poder tanto entre nações (imperialismo) como entre classes

e sexos (exploração capitalista de classe e patriarcado). É necessário então distinguir quais dos aspectos rejeitados do desenvolvimento e da globalização são inerentes a tais conceitos e quais surgem devido às circunstâncias desiguais em que os experimentamos. Se os rejeitamos completamente pela forma em que se manifestam, estaremos sempre lutando contra o inimigo errado³⁴.

Esta é uma posição que, de acordo com minha experiência, ressoa em muitos ativistas da justiça social no Sul e em teóricos como Cooper e Packard para quem “a maravilhosa ambigüidade do termo desenvolvimento” sugere que “o que em determinado nível parece um discurso de controle, em outro é um discurso de autorização, um modo de capturar o imaginário público nacional relacionado às demandas de igualdade e decência”³⁵. De maneira similar, Frans Schuurman, que diz ser “particularmente não muito sensível às críticas postuladas pelo pós-modernismo contra o conceito de emancipação pelo simples fato de ser uma noção do Iluminismo”, argumentou que “uma noção universal, mesmo contextualizada, de justiça ainda é muito mais atrativa para reivindicar os estudos de desenvolvimento como um âmbito normativo e politicamente progressista que qualquer tentativa pós-moderna nessa direção”:

A essência mesma dos estudos de desenvolvimento é a preocupação normativa pelos povos pobres, explorados e marginalizados do Sul. Neste sentido, é a *desigualdade* mais que a *diversidade* ou a *diferença* a que deveria constituir a coordenada central dos estudos de desenvolvimento: desigualdade de acesso ao poder, aos recursos, à existência humana —em resumo, desigualdade de emancipação. Sem deixar lugar à dúvida, há uma diversidade de formas, experiências e estratégias para cobrir a desigualdade que merece fazer parte integralmente do âmbito dos estudos de desenvolvimento. Tampouco cabem dúvidas de que a globalização vai trazer novas formas de desigualdade e novas formas de resistência. Não obstante, é a desigualdade como tal que deveria constituir a categoria explicativa central dos estudos de desenvolvimento³⁶.

Somente precisamos completar esta visão com a perspectiva mais explicitamente anticapitalista de Leys —reticulada na conclusão de seu impressionante estudo sobre o estado atual da teorização sobre o desenvolvimento citado anteriormente— a fim de refundar um desenvolvimentismo de esquerda revolucionário mais promissor. Como ele argumenta, devemos “reavivar a teoria do desenvolvimento, não como um ramo das ciências sociais orientada para as políticas públicas que se situam dentro dos parâmetros de uma ordem capitalista não questionada, mas como um árbitro de questionamento de tal ordem”. Além do mais, continua, “se, como temo, não parece haver muita

margem para que ocorra uma mudança –especialmente nos países pequenos e terrivelmente subdesenvolvidos– se não é através de uma subordinação radical do capital ao controle democrático, a teoria do desenvolvimento... deverá ocupar-se disto e dos agentes capazes de realizá-lo”³⁷.

II. RESOLUÇÕES

1. As variantes limitadas de “reforma”

“Uma subordinação radical [do capital] ao controle democrático”: isto pode ser entendido como um chamado à revolução socialista, um tema ao que retornaremos na conclusão. No entanto, devemos notar que ficou evidente para todo o mundo, inclusive para aqueles que vêem favoravelmente o capitalismo como um sistema aceitável e defensível, que sua articulação neoliberal não funciona tão bem como se esperava, especialmente para os mais pobres. O terreno da “reforma” global proposta para este sistema foi incisivamente examinado por Patrick Bond em vários de seus artigos³⁸. Em resumo, simplesmente farei referência a três respostas “reformistas” que diferem entre si, mas que possuem particular ressonância global. O primeiro grupo têm a ver com o mal-estar social (o “caos sistêmico” de Arrighi) que este sistema falido produziu na “periferia” –os fundamentalismos e xenofobias, o caos interno e eventualmente ditadores imprevisíveis–, o qual tem uma tendência a redefinir os problemas resultantes principalmente em termos de “interesses de segurança” (especialmente os interesses de segurança do estado estadunidense). É óbvio que os que estão situados dentro desta perspectiva não vêem o problema como um fracasso do sistema capitalista. Pelo contrário, os partidários desta doutrina neoconservadora de segurança (como o exemplifica a equipe atual de Bush) são na verdade fiéis devotos das virtudes do capitalismo; seus vínculos com seus setores do capital associados ao petróleo, o exército e a construção são bem conhecidos.

Além disso, quando seus próprios intelectuais conceituam o império dentro da linguagem da segurança, fazem invariavelmente uma referência cordial às virtudes da “globalização” –assumindo com isto que a economia capitalista global, enquanto categoria residual, antes de tudo distribui com benevolência, e que sua generosidade poderia muito bem se realizar plenamente se as irracionalidades da política do Terceiro Mundo fossem tiradas do caminho. Para eles, são as pessoas do Sul que fizeram fracassar o capitalismo e não o inverso. Às vezes, esta leitura é entendida em termos quase racistas, como na aclamada obra de Robert Kaplan³⁹. No entanto, qualquer que seja o argumento, a necessidade de impor ordem é o essencial, e a projeção desta tarefa geralmente alcança proporções impressionantes. Desta maneira, para o conselheiro de segurança dos EUA, Thomas Barnett, “desconectar-se

[da globalização] define uma situação de perigo: o regime globalizado, suas regras, normas e todos aqueles laços que unem os países em mútua dependência”. Em resumo, o perigo está na “Brecha de não Integração” (*Non-Integrating Gap*), em toda essa parte do mundo que está fora do “centro” e que simplesmente “não está funcionando”⁴⁰ –e por isso a guerra contra esses países não apenas é necessária e inevitável, mas também um bem desejável”. Em termos gerais, afirma Barnett,

Há uma regra de segurança básica: o potencial de um país que justifique a resposta militar dos EUA é inversamente proporcional a sua conexão com a globalização... Sempre é possível cair do trem da chamada globalização. Se caís, vem o derramamento de sangue. Se tens sorte, também virão as tropas norte-americanas.

Deve-se levar em conta, contudo, que não seria muito prudente ver as atitudes que tomam estes pró-cônsules e ideólogos do “império” como emulações diretas da lógica do capital. *Raison d’etat* e moral religiosa são elementos importantes, e por si próprios ajudam a compreender que o tipo de globalização defendido por Bush e seus sequazes –neoliberalismo selvagem– vem, em boa medida, do cano de uma arma.

Um segundo grupo de “reformadores”, que poderíamos descrever como habitantes do “Império” mundial mais que do “império” (ainda que suas políticas também sejam muito influenciadas pelas pressões do estado norte-americano e pelos interesses que estão por trás dele), são mais corretos e menos tendentes a usar a força abertamente. Na prática, certamente, têm estado igualmente preocupados em remover a mínima tendência de corrupção nos estados do Terceiro Mundo que pudesse introduzir desvios e formas rentistas (*rent-seeking*) no mercado. No entanto, para eles –da mesma forma que para os setores financeiros, industriais e tecnológicos do capital que estão menos contentes com as políticas duras do império– a disciplina funcional do capital deve fluir principalmente da “mão invisível” do mercado (obviamente, um sistema de poder bastante efetivo por si próprio). Muito foi alcançado com o distanciamento das IFIs com relação às formas mais extremas do messianismo de livre mercado, ainda que mais por parte do Banco Mundial que do FMI e da OMC. E pode-se efetivamente rastrear a importância crescente de certas aquisições não econômicas no discurso escolhido pelo Banco Mundial como “alívio da pobreza”, “*empowerment* local”, “capital social”⁴¹ e “boa governança” (este último conceito, por exemplo, busca invocar as virtudes de um “estado capacitado” mais eficientemente para promover a atividade capitalista)⁴². Esta bateria de notas de rodapé do neoliberalismo é muito atrativa para alguns, especialmente dentro do mundo das ONGs tanto

do Norte como do Sul. Contudo, definitivamente, estas notas de rodapé contribuem muito pouco para explicar o grau em que as IFIs, ainda baseadas no “Consenso de Washington, continuam vendo o desenvolvimento no Terceiro Mundo como condicional ao pagamento da dívida, à adoção de “vantagens comparativas” como fornecedores de produtos primários e uma gama limitada de produtos industriais, assim como também ao fato de abrir-se o mais atrativamente possível ao investimento estrangeiro.

Nesse caso, que diferença há entre Bush e o Banco Mundial se, de modo definitivo, nenhum possui uma visão voltada a produzir um capitalismo menos parasitário, ou mais positivamente transformador das condições materiais da vasta maioria da população do Sul? Dentro do campo do “Império” há, no entanto, um terceiro grupo que promove uma perspectiva mais factível de reformas, e que tal como as ofertas edulcoradas do Banco Mundial estão primariamente formuladas em termos mais economicistas que em termos de segurança. Não é que este grupo seja indiferente às irracionalidades políticas que hoje cercam o mundo falido do capitalismo ou o aprofundamento da pobreza global. Mas estão mais preocupados com as contradições do processo de acumulação capitalista que o Consenso de Washington (esteja ele vestido em equipamentos militares ou em trajes de negócios) hoje ameaça exacerbar. Os membros deste grupo se perguntam em voz alta se as políticas provenientes de tal consenso são realmente capazes de maximizar a tendência do sistema a constituir-se como o motor de transformação da reprodução ampliada (e, no largo prazo, ainda mais rentável). Da esquerda, Robert Biel argumentou que o problema está centrado na tensão existente entre os lucros de curto prazo e “as condições de longo prazo —a reprodução social e econômica do trabalho”. Portanto, o fato de que da década de setenta em diante os protagonistas do neoliberalismo usaram estrategicamente a “dívida” como mecanismo de ruptura das resistências no Sul para poder assim ajustar essas regiões às demandas do novo sistema de acumulação, deixa em aberto uma pergunta: [os programas de ajuste estrutural] podem ter sido efetivos em destruir o velho, mas isto não implicou necessariamente que se gerassem as bases estruturais para uma auto-reprodução estável dentro dos marcos do regime atual de acumulação”⁴³. O que é chave aqui é a virtual impossibilidade do sistema atual —hoje mais do que nunca veiculado pela atividade especulativa dos proprietários do capital financeiro mais do que pelo “investimento produtivo”— de atuar “racionalmente” no nível agregado.

Dentro do mundo atual, nosso terceiro grupo expressa interesses similares com relação ao estado atual das coisas. Um exemplo é o gênio da especulação global da moeda, George Soros⁴⁴, como também Paul Krugman,

que advertiu sobre a atual proeminência de uma “economia da depressão” (*depression economics*), na qual precisamente por razões ideológicas (leia-se: neoliberais) foram descartados os meios necessários para planejar mundialmente as intervenções criteriosas dos mercados financeiros e outras esferas que facilitariam a reprodução ampliada⁴⁵. Também podem ser escutadas de vez em quando vozes de advertência dentro das próprias IFIs com relação ao futuro obscuro das economias mais pobres ante tanta pressão e especulação de mercado. Neste sentido, foram muito significativas as leituras de Joseph Stiglitz⁴⁶. Ravi Kanbyr e Dani Rodrik (ainda que também devamos prestar atenção para a rapidez com que estas figuras foram deixadas de lado uma vez que foram marcadas com a letra escarlate de dissidentes). No entanto, mesmo se aceitássemos por um momento o potencial abstrato destes modelos de capitalismo disciplinado que defendem tais pensadores, seria necessário perguntar quais as probabilidades reais de que esta invocação ao quase keynesianismo seja efetivamente considerada. Suspeita-se que não muitas. Porque não parece haver muitas perspectivas de que se desenvolvam mecanismos políticos capazes de impor (em teoria) a lógica expansiva do capital sobre as atividades principalmente destrutivas (do ponto de vista do pobre) dos múltiplos capitalistas no mundo real da competição. De fato, no futuro previsível, a realização de qualquer forma de “keynesianismo global” parece muito mais utópica que a globalização realmente existente da mais ínfima aspiração socialista: como disse uma vez Przeworski, o capitalismo atual é profundamente “irracional”⁴⁷.

Por sua vez, obviamente, as elites do Terceiro Mundo operam com as margens destas divisões intra-establishment, mantendo “o exemplo do Sul” a fim de obter algum grau de perdão de suas dívidas, invocando o Norte a respeitar seus próprios princípios de “livre mercado” (ironicamente, as barreiras tarifárias neste último são geralmente concebidas para frear e não para incentivar a entrada de produtos do Terceiro Mundo) e tratando de incentivar uma ainda menos provável transformação econômica baseada em mais investimento estrangeiro direto. A resposta da OMC na cúpula de Doha em 2001 ou na do G-8 em Evian, França, em 2003, por exemplo, foi escassa inclusive para os esforços de reforma mais moderados do Terceiro Mundo. Também o foram outras questões como o apoio simbólico do Norte às Iniciativas dos Países Pobres Fortemente Endividados. E, no entanto, além desse recorde, iniciativas capitalistas como a da Nova Associação Africana para o Desenvolvimento Africano (NAADA) realizadas por líderes africanos como Thabo Mbeki (além das objeções de vários de seus compatriotas dentro da “sociedade civil”) continuam no auge⁴⁸.

É certo que habitualmente o progressismo moderado de programas como o NAADA se parecem mais com estratégias que disfarçam a incorporação

de tais elites (e seus próprios interesses de classe) dentro do “círculo interno” da hierarquia social de Hoogvelt em vez de representar uma tentativa real de satisfazer as necessidades das massas populares dos países prejudicados. De todos os modos, muitos teóricos e agências de desenvolvimento se alinharam com esperança atrás de tais iniciativas e elites (um exemplo é a virada à direita da OXFAM-Internacional). Com certo ar de *realismo*, estas agências buscam alcançar um arranjo melhor para a região global do Sul dentro do que, ao que parece, se converteu na única via possível. Nesse caso, uma sinistra e pouco promissora eleição para fazer.

2. Os desafios da “revolução”

Em resumo, não há nenhuma evidência que indique que o sistema capitalista global possa ou vá ser reformado com a finalidade de corrigir a expansão crescente da desigualdade global ou permitir o mais ínfimo desenvolvimento significativo para a grande maioria da população mundial: muito pelo contrário, parece estar destinado por muito tempo a produzir lucros apenas para uns poucos, junto com uma pobreza lacerante para o resto. Tampouco há algo inevitável sobre o declínio deste sistema. De fato, na medida em que se multiplicam os sintomas mórbidos de seu poder desenfreado (os que se manifestam, por exemplo, em várias formas de fundamentalismos e xenofobias no Sul), é analiticamente mais provável ver no futuro previsível um desenlace de capitalismo com barbárie que de socialismo com desenvolvimento ao redor do mundo. Considerando isso, é tarefa da esquerda facilitar a compreensão deste lamentável trânsito que ocorreu no mundo sob a égide do capitalismo e convertê-lo num elemento de sentido comum popular tanto quanto seja possível. E também devemos nos perguntar que tipo de contrapoderes poderiam ainda manter na agenda as lutas para transformar o sistema existente do capitalismo virulento.

Talvez possamos extrair alguns delineamentos dos escritos de Robert Biel, cujo ponto de partida nesta questão está próximo do meu⁴⁹. Sua premissa central é compreender o sistema global atual como uma busca deliberada por estabelecer no Terceiro Mundo o imperativo da acumulação do capital sobre a base de um domínio sem mediações do capital global. De acordo com o autor, trata-se de um sistema em que as políticas se reduzem “à questão de ‘adaptar’ um país do Sul ao sistema global criando as condições locais necessárias (por exemplo, reduzindo a interferência dos burocratas locais) para que o capital se desloque sem obstáculos”⁵⁰. Para Biel, no entanto, este sistema novo criou ao mesmo tempo um problema fundamental para “o Norte” ao colocar a legitimidade dos estados do Terceiro Mundo sob tanta pressão: “A ‘economia nacional’ é um dos melhores incentivos do capitalismo para exercer o controle social e as

novas formas de domínio que eu caracterizo como ‘pós-neo-coloniais’ são, portanto, muito arriscadas”. Continuando, o autor elabora mais extensamente esta questão,

A nova visão pode parecer viável para as elites na medida em que apresenta o Norte e o Sul unidos por um modelo econômico único de livre mercado (em contraposição com a divisão do regime de pós-guerra entre Norte keynesiano e um Sul desenvolvimentista). Mas, na verdade, o livre mercado é a expressão de relações de poder profundamente desiguais, e a conseqüência prática de tudo isto é muito óbvia para as massas: para dar apenas um exemplo, [o livre mercado] leva a um virtual monopólio do Norte sobre o consumo massivo⁵¹.

“Demasiado óbvio para as massas”: oxalá as coisas fossem assim tão simples. Tampouco lhes escapa muito, considerando o alto nível de oposição e mobilização mundial.

Nas seções prévias deste artigo, e em outra literatura pertinente citada anteriormente, aparecem alguns indícios com relação à natureza específica desta oposição⁵². Aqui me limitarei simplesmente a sugerir algumas das questões mais urgentes relacionadas com o espaço, a agência e o imaginário dentro das que se pode definir e promover uma resistência radical e efetiva ao capitalismo. No que se refere ao *espaço* (global, nacional, local) mais apropriado de luta, por exemplo, já discutimos algumas das tensões aparentemente inevitáveis entre o global e o nacional, especialmente no Terceiro Mundo. Atualmente, no entanto, a ênfase é um pouco diferente. O *slogan* liberal de esquerda “Pense globalmente, atue localmente” demonstrou ser bastante atrativo para aqueles que buscam desafiar mais radicalmente o sistema global. Suas lutas se definem em termos locais contra as formas mais imediatas de depredação por parte das companhias globais, dos estados imperiais e seus intermediários locais –por exemplo, contra a exploração e as violações ambientais mais ferozes: o levantamento zapatista; a resistência dos Ogoni no delta do Níger contra a Shell–, as quais capturaram boa parte do imaginário radical dos últimos anos⁵³.

Foi dito que tais ações –nos termos de David Harvey, “particularismos militantes”– constituem as bases das afirmações globais mais efetivas. No entanto, mesmo se fosse este o caso, não é menos certo que a ênfase nas virtudes do local também foi uma marca registrada do Banco Mundial e cia. como parte de sua agenda altamente suspeita contra o estado. Ao mesmo tempo, os interesses localistas podem às vezes servir tanto a versões extremas de antidesenvolvimentismo de esquerda como minar formas de ação anti-capitalistas potencialmente hegemônicas por ter uma escala maior no nível

local. Uma vez mais, devemos evitar as falsas dicotomias e refletir sobre as formas mais efetivas de ligar as ações locais com os projetos nacionais. Nesta última questão, o líder ativista do movimento social da África do Sul, Trevor Ngwane, por exemplo, poderia muito bem estar citando Bienefeld, Graf ou Panitch quando com base em sua própria experiência, afirma que:

... a questão do poder político é crucial. Alguns atacam a idéia de tomar o poder estatal —o argumento de que a globalização minava o papel do estado-nação converteu-se em uma desculpa para não lutar contra suas próprias burguesias. Mas nós, na África do Sul, não podemos enfrentar Mbeki e o Congresso Nacional Africano (ANC). Os ativistas norte-americanos não podem confrontar Bush. A liderança do Congresso dos Sindicatos Sul-africanos (COSATU), o Partido Comunista (SACP), contenta-se com lutar contra o imperialismo em qualquer lado menos em casa. É bom se mobilizar contra as cúpulas de Seattle, Gênova ou Doha, mas temos sérios problemas para perseguir a elite global ao redor do mundo —não é algo que a gente pobre possa fazer... O ponto, então, é que temos que construir da posição onde estamos⁵⁴.

E além do próprio estado-nação há outras esferas sub-globais, potencialmente viáveis para a ação progressista, onde se concentram resistências de escala regional (por exemplo, o Fórum Social Africano e outras organizações paralelas na Ásia) ou inclusive ao longo de todo o Sul.

Em relação à questão da *agência*, aqueles que dramatizaram mais a natureza estritamente globalizadora do momento capitalista atual são ao mesmo tempo os que estiveram mais inclinados em ressaltar exclusivamente a pura diversidade de resistências —Castells de maneira muito eclética e pouco sistemática, e Hardt e Negri em termos de uma inovação poética ao despertar da força da “multidão”. Outros encaram a questão mais sobriamente e enfocam igualmente o amplo espectro em que identidades (em termos de raça, gênero, etnonacionalismo e religião) e localidades são afetadas negativamente pela desigualdade global, ao mesmo tempo que são capazes de enfrentá-la na medida em que se chocam sob a forma de exploração, exclusão e mercantilização das necessidades básicas. Costuma-se dizer que esta humilhante diversidade de situações se expressa efetivamente em uma rica diversidade de “movimentos sociais”, os quais compõem o que Naomi Klein denominou como “movimento de movimentos”: um ator coletivo difuso que apareceu em Porto Alegre e Seattle, concentrando reivindicações mais globais em torno da água, saúde, e envidamento e coisas neste estilo⁵⁵. Sem dúvida há algo interessante sobre isto e, como aponte em outra parte, os marxistas e os socialistas teriam

que prestar muito mais atenção da que geralmente prestam às vozes da diversidade e das definições locais de necessidades, formas de ação e integridade cultural⁵⁶.

No entanto, por outro lado, a celebração da diversidade e da espontaneidade (a revolta não apenas contra a opressão, mas também contra as práticas políticas antidemocráticas que deixaram a esquerda e vários “socialismos do Terceiro Mundo”)⁵⁷ não deveria enclausurar a necessidade de adotar um nível maior de organização efetiva e clareza ideológica na hora de enfrentar um sistema tão poderoso —especialmente quando tal sistema conta em todos os seus níveis (local, nacional e global), quando lhe é necessário, com estados poderosos que reforçam as irracionalidades do mercado. Portanto, é importante resgatar o argumento de Leys sobre o necessário surgimento de projetos “unificados” e hegemônicos, *qua* agentes:

À primeira vista, trata-se necessariamente de uma multiplicidade de projetos, [representando] as aspirações de distintos grupos, movimentos e pessoas em diferentes setores, nações e regiões. Não obstante, a menos que estes se unam para enfrentar o poder político e econômico dos estados e das transnacionais, em última instância, vão fracassar... Como mínimo, necessitam-se movimentos amplamente nacionais e/ou partidos capazes de exercer poder estatal que se façam sentir nas instituições supranacionais⁵⁸.

Tanta ênfase na diversidade tampouco deveria tornar opaca a importância crucial que têm a análise de classe, atual e potencial⁵⁹, destas agências, dado o papel chave que os operários do Sul e seus sindicatos tiveram ao manter vivas as questões anticapitalistas e antiimperialistas dentro da confusa mescla de resistências globais⁶⁰. Mas também deveríamos evitar cair no abuso de categorias marxistas que incorporam os desempregados e marginalizados do Sul dentro do conceito de “exército de reserva” com o fim de preservar a hipótese da “revolução proletária” e os movimentos emergentes de vocação necessariamente socialista. Como já assinalamos, tais populações resistem com uma variada gama de identidades e reivindicações (inclusive os que, movidos pelo desespero e pela falta de alternativas mais progressistas, tendem a mobilizar o fundamentalismo mais autodestrutivo e ideologias xenófobas). De todo modo, alguma forma de consciência de classe na maioria da população do Sul pode ser encontrada ainda na definição expansiva de classe que Post e Wright defendiam uns anos atrás:

O funcionamento do capitalismo em algumas zonas periféricas não apenas prepara para a revolução socialista uma minoria operária, mas também os camponeses e outras classes trabalhadoras, as mulheres, os jovens e outras

minorias, inclusive quando a manifestação política destas forças não tome no início a forma de um movimento socialista. No caso daqueles que *não* são assalariados (a classe tradicionalmente associada a essa ordem), como o capitalismo permeou tanto as relações sociais que determinam sua existência –inclusive se não seguiram o padrão de “libertação” da força de trabalho da Europa ocidental– sua única salvação será libertar-se deste... A necessidade objetiva do socialismo para estes setores não é menor que a do operário preso na fábrica e disciplinado pela chibata do desemprego... Encontrar outro caminho se converteu... em uma necessidade urgente se a alternativa do contínuo e crescente barbarismo deve ser evitada⁶¹.

No entanto, deve-se notar que o tipo de “consciência de classe” que se deduz deste parágrafo é algo que deve ser conquistado politicamente e não simplesmente assumido.

E o que há, finalmente, do “imaginário” e dos termos em que as lutas em marcha podem ser melhor concebidas e defendidas? A ênfase nas “forças díspares” e nos “particularismos múltiplos”, a partir de onde se constroem cada vez mais lutas radicais, colocou a questão da “democracia” na agenda da esquerda contemporânea. Com isto, geralmente busca-se deliberadamente sublinhar o contraste com as práticas do passado, arraigadas ostensivamente nos partidos da classe operária e nos movimentos revolucionários nacionais. Além disso, o imaginário democrático pode ser especialmente atrativo para todos aqueles que devem confrontar, como é o caso no Terceiro Mundo, a realidade imediata da opressão autoritária do estado (sem mencionar a falta de transparência da maioria das instituições globais cujas decisões têm um impacto tão marcado no destino das pessoas). O imaginário democrático é, então, uma linguagem de *empowerment* potencial que vale bem a pena retirar de todos aqueles que, especialmente no Norte, manipulam-no sem escrúpulos. Ao mesmo tempo, creio que deve ter forte resistência qualquer tentativa por parte da esquerda de desenvolver seu projeto de resistência à opressão exclusivamente nesses termos –no estilo da “democracia radical” de Laclau⁶². Porque, por mais importante que essa ênfase possa ser, e por mais receptivo à diversidade que qualquer movimento de mudança radical deva ser, um projeto definido apenas em termos de reivindicações democráticas (por mais radicais que estas sejam) é arriscado: promove um ecletismo difuso e torna difusos os objetivos de luta contra o capitalismo, a exploração global e a mercantilização, e o assalto imperialista militar e cultural que, como sabemos, é fundamental para a desigualdade global e o subdesenvolvimento. Além da democracia, “nomear o inimigo”, no mínimo, em termos firmemente anticapitalistas, oferece um imaginário que é preciso e está em muitos

casos, implícito ou explícito, em muitas das práticas do Sul. Tem, por sua vez, o potencial de poder abarcar um número crescente de movimentos que se consolidam em sua luta contra a mercantilização, a exploração e a exclusão, e operam simultaneamente em vários lugares e escalas: “Para todos menos para um punhado, o capitalismo fracassou. Para o resto de nós, o anticapitalismo é nossa única esperança”⁶³.

No entanto, o que pode significar isto em termos mais positivos tanto como uma visão quanto como uma promessa? Alguns apontaram a necessidade de combinar o “anticapitalismo” com uma demanda militante de “justiça social”⁶⁴ por exemplo. Para concluir, sugeriria um imaginário socialista –seja como ponto de referência crível para as lutas contra a globalização capitalista e o império ou como prática emancipatória possível que promova demandas do Sul contra a desigualdade e por um desenvolvimento genuíno. O que é certo é que a proeminência que alguma vez teve este projeto foi desvalorizada aos olhos de muitos pela debilidade interna que demonstrou e as derrotas e/ou fracassos que sofreu nas últimas décadas. Nesse sentido, seria pouco prudente para os radicais no Sul (de fato, em qualquer parte) recusarem-se a adotar como guia para o futuro a promessa daquilo que Greg Albo denominara “socialismo realista” –um projeto que, em sua discussão sobre os parâmetros atuais e as perspectivas futuras da economia política global, o autor contrastou eficazmente com as demandas do que chama de “capitalismo utópico”⁶⁵. É óbvio que o programa deste “socialismo realista” não seria desenvolvido instantaneamente à maneira de um “big-bang” revolucionário, como usualmente se acredita retórica e abstratamente na esquerda⁶⁶. Terá de ser especificado –global, nacional e localmente– não em termos de um esboço já existente, mas pelas forças sociais que se mobilizam e lutam para instalar demandas mais progressistas dentro da agenda. E, é claro, isto não acontecerá até que uma maior quantidade de pessoas, tanto no Sul quanto no Norte, leve em consideração que a atual ordem global dominada pelo mercado –conduzida por “uma classe minoritária que extrai sua riqueza e poder de uma forma específica de produção– é (nos termos de Albo) “contingente, desequilibrada, exploradora e substituível”. Não obstante, a premissa geral de Albo –que um desenlace positivo “somente pode ser realizado rearticulando local e nacionalmente as relações de produção e o capital financeiro em espaços econômicos organizados democraticamente sobre a base da solidariedade internacional e fóruns de cooperação democrática”⁶⁷– parece-nos um ponto de partida necessário.

NOTAS

- 1 Ainda que nos livros de história mais canônicos não se tenha dado a este processo a proeminência que lhe corresponde, ele foi eficazmente aproveitado por destacados historiadores ocidentais que convenientemente souberam dar a seus livros toda uma variedade de títulos irônicos. Veja Eric Wolf, *Europe and the People without History*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1982; V.G. Kiernan, *The Lords of Human Kind: Yellow Man, Black Man and White Man in the Age of Empire*, Boston: Little Brown, 1969; Sven Lindqvist, “*Exterminate all the Brutes*”, New York: The New Press, 1998; Richard Drinnon, *Facing West: The Metaphysics of Indian-Hating and Empire-Building*, New York: New American Library, 1980. Obviamente, isto também foi feito por acadêmicos do “Terceiro Mundo” (que tendem a ter um dom similar de ir direto ao ponto na hora de intitular): Chinweizu, *The West and the Rest of Us*, New York: Vintage Books, 1975; Walter Rodney, *How Europe Underdeveloped Africa*, London: Bogle-L’Ouverture, 1972; Eduardo Galeano, *The Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent*, New York: Monthly Review Press, 1973 [edição em espanhol: *Las venas abiertas de América Latina*, Buenos Aires: Catálogo, 2002]; e Edward Said, *Orientalism*, New York: Pantheon Books, 1978; há também, mais recentemente, Sophie Bessis, *Western Supremacy: Triumph of an Idea?*, London: Zed Books, 2003. Infelizmente, esta tendência corre o risco de ser apropriada e reciclada a fim de racionalizar o impulso próprio dos EUA para consolidar sua legitimidade. Um exemplo particularmente lamentável é o livro de Niall Ferguson’s *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*, London: Allen Lane, 2002, associado a uma bem-sucedida série de televisão.
- 2 Joseph E. Stiglitz, *Globalization and its Discontents*, New York: W.W. Norton, 2002, p. 5.
- 3 Do relatório da OMC de 1999, *Trade, Income Policy and Poverty*, apud. David McNally, *Another World Is Possible: Globalization and Anti-capitalism*, Winnipeg: Arbeiter Ring, 2002, p. 92.
- 4 “Três homens possuem mais do que possuem 48 países”, *Mail and Guardian* (Johanesburgo) 23/09/1998, informando sobre o Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o qual diz: “Estima-se que o custo adicional de alcançar e manter o acesso universal à educação básica para todos, à saúde básica para todos, à saúde reprodutiva para todas as mulheres, alimentação adequada, água potável e condições sanitárias para todos, é de aproximadamente US\$ 40 bilhões ao ano. Isto é menos que 4% da riqueza combinada das 225 pessoas mais ricas do mundo”.

- 5 Para revisões literárias, veja “Afterword” (intitulado “Sustaining global apartheid” em Patrick Bond, *Against Global Apartheid: South Africa Meets the World Bank, IMF and International Finance*, Second Edition, London: Zed Press, 2003, Peter Waterman, “The Global Justice and Solidarity Movement” (manuscrito: no prelo) e para uma gama de diversos exemplos de lutas concretas, McNally, *Another World* e Philip McMichael, *Development and Social Change: A Global Perspective*, Second Edition, Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000, especialmente cap. 7, “The Globalization Project and its Counter-Movements”. Veja também Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*, New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- 6 Ankie Hoogvelt, *Globalization and the Post-Colonial World: The New Political Economy of Development*, Second Edition, London: Palgrave, 2001, p. xiv.
- 7 Beverley J. Silver e Giovanni Arrighi, “Workers North and South”, em *Socialist Register 2001*, London: Merlin Press, 2000, pp. 56-7.
- 8 Giovanni Arrighi, “World Income Inequalities and the Future of Socialism”, *New Left Review*, 189, 1991.
- 9 Giovanni Arrighi, Beverley J. Silver e Benjamin D. Brewer, “Industrial Convergence, Globalization and the Persistence of the North-South Divide”, *Studies in Comparative International Development*, 38(1), 2003; o mesmo número dessa revista inclui um debate entre Alice Amsden com os autores deste que serve, ao meu ver, para reforçar o último caso.
- 10 Arrighi, “World Income Inequalities”, p. 65.
- 11 Arrighi, Silver e Brewer, “Industrial Convergence”, p. 26; uma quebra similar, mesmo que não marcada em um período de tempo tão extenso, separa o prognóstico de Arrighi sobre a África na década de sessenta, quando afirmava que “a construção socialista é um meio necessário para o desenvolvimento na África” (em Giovanni Arrighi e John S. Saul, *Essays on the Political Economy of Africa*, New York: Monthly Review Press, 1973) e as possibilidades muito mais limitadas de transformação no continente que Arrighi concebe atualmente em seu “The African Crisis”, *New Left Review*, 15, 2002.
- 12 Veja o importante texto de Brian S. Smith, *Understanding Third World Politics*, Bloomington: Indiana University Press, 1996, cap. 1, “The Idea of the “Third World””; John Toye, *Dilemmas of Development: Reflections on the Counter-Revolution in Development Economics*, Second Edition, Oxford: Blackwell, 1993, cap. 1, “Is the Third World Still There?”; e Fred Cooper e Randall Packer, eds., *International Development and the Social Scientists*, Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1997, “Introdução”.

- 13 Manuel Castells, *The Information Age: Economy, Society and Culture*, em três volumes, Malden e Oxford: Blackwell, 1996, 1997, 1998.
- 14 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*, Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- 15 Leslie Sklair, *The Transnational Capitalist Class*, Oxford: Blackwell, 2001.
- 16 Gary Teeple, *Globalization and the Decline of Social Reform*, Aurora: Garmond Press, 2000.
- 17 James Petras e Henry Veltmeyer, *Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century*, Halifax: Fernwood Books, 2001.
- 18 Leo Panitch, "Globalisation and the State", *Socialist Register 1994*, London: Merlin Press, 1994, p. 63, e muitos de seus escritos subsequentes.
- 19 Paul Hirst e Grahame Thompson, *Globalization in Question*, London: Polity Press, 1996, p. 189.
- 20 Colin Leys, *The Rise and Fall of Development Theory*, London: James Currey, 1996, p. 23.
- 21 Colin Leys, "Africa's Tragedy", *New Left Review*, 204, 1994, p. 46.
- 22 O trabalho mais sintomático nessa linha foi escrito por Peter Evans, como, por exemplo, seu *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*, Princeton: Princeton University Press, 1995, e outros numerosos artigos.
- 23 William Graf, "The State in the Third World", *Socialist Register 1995*, London: Merlin Press, 1995, p. 159.
- 24 David Plank, "Aid, Debt and the End of Sovereignty: Mozambique and Its Donors", *Journal of Modern African Studies*, 31(3), 1993.
- 25 Manfred Bienefeld, "Nation State in the Dog Days of the Twentieth Century", *Socialist Register 1994*, London: Merlin Press, 1994, pp. 122-3.
- 26 Graf, "The State in the Third World", p. 159.
- 27 Panitch, "Globalisation and the State", p. 63.
- 28 Havia também outros teóricos marxistas do "subdesenvolvimento", obviamente, alguns deles escolheram ver –em termos clássicos– um processo de desenvolvimento capitalista global como a condição necessária para produzir lutas de base proletária genuínas no longo prazo (Bill Warren's "Chicago Marxism", é, como disse Fred Bienefeld um ponto de referência central nessa discussão).
- 29 Esta "contra-revolução" (tanto ao "Keynesianismo" quanto ao "desenvolvimentismo estruturalista" ortodoxo) foi muito bem descrito em John Toyne, *Dilemmas of Development*, onde ele descreve habilmente os papéis desempenhados por pessoas como Harry Johnson, Peter Bauer, Deepak Lal, Ian Little e Bela Belassa.
- 30 Amartya Sen, *Development as Freedom*, New York: Anchor Books, 1999.

- 31 Veja, *inter alia*, Jonathan Crush, ed., *Power of Development*, London e New York: Routledge, 1995, especialmente cap. 11 por Arturo Escobar, intitulado “Imagining a Post-Development Era”.
- 32 Para um argumento sobre a fraqueza da maioria das teorias do desenvolvimento na questão de gênero, veja Catherine V. Scott, *Gender and Development: Rethinking Modernization and Dependency Theory*, Boulder: Lynne Rienner, 1995; veja também Chandra Mohanty, “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses” em C. T. Mohanty, A. Russo e L. Torres, eds., *Third World Women and the Politics of Feminism*, Bloomington: Indiana University Press, 1991 e a maioria da literature subsequente.
- 33 Bob Sutcliffe, “Development after Ecology”, em V. Bhaskar e A. Glyn, eds., *The North, the South and the Environment: Ecological Constraints and the Global Economy*, London: St. Martin’s Press, 1995.
- 34 Bob Sutcliffe, “The Place of Development in Theories of Imperialism and Globalization”, em Ronaldo Munck e Denis O’Hearn, eds., *Critical Development Theory: Contributions to a New Paradigm*, London and New York: Zed, 1999, pp. 150–2.
- 35 Cooper and Packard, *International Development*, p. 4.
- 36 Frans J. Schuurman, “Paradigms Lost, Paradigms Regained? Development Studies in the Twenty-First Century”, *Third World Quarterly*, 21(1), 2000, p. 14. Veja também Gillian Hart, “Development Critiques in the 1990s: *Culs de Sac* and Promising Paths”, *Progress in Human Geography* 25(4), 2001.
- 37 Leys, *The Rise and Fall of Development Theory*, p. 43.
- 38 Veja, *inter alia*, Patrick Bond, *Against Global Apartheid* e Walden Bello, *Deglobalization*, London: Zed Books, 2002.
- 39 Originado em seu artigo, “The Coming Anarchy”, *The Atlantic Monthly*, Fevereiro de 1994 e que deu origem a vários livros posteriormente.
- 40 Thomas P.M. Barnett, “The Pentagon’s New Map: It Explains Why We’re Going to War, and Why We’ll Keep Going to War”, *Esquire*, março de 2003. Mas este artigo popular é simplesmente a face mais publica do laborioso Doutor Strangelove do Colégio de Guerra da Marinha, cuja carreira como consultor dos *policy-makers* pode ser rastreada através de seu website <<http://www.nwc.navy.mil/newrules/ThePentagonsNewMap.htm>>
- 41 Ben Fine, “The Development State Is Dead: Long Live Social Capital?” *Development and Change*, 30, 1999.
- 42 Veja Gerald Schmitz, “Democratization and Demystification: Deconstructing ‘Governance’ as Development Discourse”, em D.B. Moore e G. Schmitz, eds., *Debating Development Discourse: Institutional and Popular*

Perspectives, New York: St. Martin's Press, 1995 e David Moore, "Sail on, O Ship of State': Neo-Liberalism, Globalisation and the Governance of Africa", *The Journal Of Peasant Studies*, 27(1), 1999. Os estados frequentemente autoritários e corruptos do Terceiro Mundo são, obviamente, um problema; mas é que este é apenas o tipo de problema que as IFI preferem não enxergar.

- 43 Robert Biel, *The New Imperialism: Crisis and Contradiction in North/South Relations*, London: Zed, 2000, especialmente o capítulo 11, "Permanent Subordination? Structural Adjustment as Control", pp. 231-2.
- 44 George Soros, *The Crisis of Global Capitalism*, New York: Public Affairs, 1998 e "The Capitalist Threat", *The Atlantic Monthly*, 279, 1997, p. 48, onde afirma a existência de uma "ameaça capitalista" que está causando "instabilidades e desigualdades intoleráveis". De fato, o autor escreve que "a menos que [a doutrina do *laissez-faire*] seja moderada com base no reconhecimento de um interesse comum que possa sobrepor os interesses particulares, nosso sistema atual... está condenado ao fracasso".
- 45 Paul Krugman, *The Return of Depression Economics*, New York: Norton, 1999.
- 46 Veja Stiglitz, *Globalization and its Discontents*, e para um melhor argumento sobre a necessidade de "começar do princípio" a reconstruir instituições financeiras globais mais democráticas e efetivas, ver o relatório sobre a visão de Stiglitz no *Financial Times*, 21/08/2002.
- 47 Obviamente Przeworski (em seu *Capitalism and the Market*, Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 122) vai além ao adicionar o argumento de que "o capitalismo é irracional" à reflexão pessimista de que "o socialismo é inviável, no mundo real as pessoas morrem de fome... as conclusões a que temos chegado não são alentadoras!"
- 48 Para uma análise crítica do NAADA, e do papel da nova elite política da África do Sul que o promove, veja Patrick Bond, ed., *Fanon's Warning: A Civil Society Reader on the New Partnership for Africa's Development*, Trenton e Cape Town: Africa World Press e AIDC, 2002.
- 49 Biel, *The New Imperialism*; O argumento de Biel para uma análise mais detalhada das perspectivas possíveis da revolução na África foi analisado em meu artigo "Africa: The Next Liberation Struggle", *Review of African Political Economy*, 96, 2003.
- 50 Ibid., pp. 232-3.
- 51 Ibid., pp. 242-3.
- 52 Veja, *inter alia*, os títulos citados na nota número 5, acima.
- 53 Para um exemplo de até onde a ênfase excessiva no local pode levar um teórico do desenvolvimento, ver as "Conclusões" de Hoogvelt, *Globalization and the Post-Colonial World*; mas compare-as com a debilidade (e

- possível cooptação) de tal tendência em Giles Mohan e Kristian Stokke “Participatory Development and Empowerment: The Dangers of Localism”, *Third World Quarterly*, 21(2), 2000.
- 54 Trevor Ngwane, “Sparks in the Township”, *New Left Review*, 22, 2003.
- 55 Veja Naomi Klein, *Fences and Windows: Dispatches from the Front Lines of the Globalization Debate*, Toronto: Vintage Canada, 2002.
- 56 John S. Saul, “Identifying Class, Classifying Difference”, *Socialist Register 2003*, London: Merlin Press, 2002.
- 57 Cf. John S. Saul, “What is to be Learned? The Failure of African Socialisms and their Future”, em Robert Albritton, John Bell, Shannon Bell e Richard Westra, eds., *Beyond Market and Plan: Toward New Socialisms* (no prelo).
- 58 Colin Leys, “Colin Leys Replies” [resposta à Jonathan Barker, “Debating Globalization: Critique of Colin Leys”], *Southern African Report*, 12(4), 1997. Explorei com maior profundidade alguns dos assuntos levantados nesta seção do presente trabalho em meu “Africa: The Next Liberation Struggle”.
- 59 Cf. Neil Smith, “What Happened to Class?”, *Environment and Planning A*, 32, 2000.
- 60 Veja Ronald Munck, *Globalization and Labour: The New “Great Transformation”*, London: Zed Books, 2002; Beverley Silver, *Forces of Labour: Workers’ Movements and Globalization*, Cambridge e New York: Cambridge University Press, 2003; e os vários ensaios na *Socialist Register 2001: Working Classes, Global Realities*, London: Merlin Press, 2000.
- 61 Ken Post e P. Wright, *Socialism and Underdevelopment*, London e New York: Routledge, 1989, pp. 151-2.
- 62 Elaborei esta questão em meu “Identifying Class, Classifying Difference”.
- 63 J.C. Myers, “What is Anti-Capitalism?” em Joel Schalit, ed., *The Anti-Capitalism Reader*, New York: Akashic Books, 2002, p. 34. Sobre o “anticapitalismo” veja também McNally, *Another World*; e Amory Starr, em seu ensaio *Naming the Enemy: Anti-Corporate Movements Confront Globalization*, London: Zed Books, 2000, onde enfatiza a temática “anticorporativa” como particularmente apropriada para aprofundar os termos das lutas populares e coordenar as atividades radicais.
- 64 Cf. Sam Gindin, “Social Justice and Globalization: Are they Compatible?”, *Monthly Review*, 54(2), 2002.
- 65 Greg Albo, “A World Market of Opportunities? Capitalist Obstacles and Left Economic Policies”, *Socialist Register 1997*, London: Merlin Press, 1997, pp. 28-30 e 41.

- 66 Com base nos trabalhos de André Gorz e Boris Kagarlitzky sobre as “reformas estruturais”, busquei traçar o caminho entre o “mero reformismo” e o “revolucionarismo” em meu livro *Recolonization and Resistance: Southern Africa in the 1990s*, Trenton: Africa World Press, 1993, capítulos 4 e 5.
- 67 Albo, “A World Market of Opportunities”, p. 30; o próprio Albo sugere, em princípio, a necessidade de “estratégias econômicas mais orientadas para dentro” e a desvalorização da “escala de produção como um objetivo econômico central” (p. 28).